

**“VOCÊ FOI LUTA, NÓS SEREMOS RESISTÊNCIA”: RESISTIR À SEGUNDA  
MORTE NA LITERATURA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA**

**“YOU WERE STRUGGLE, WE WILL BE RESISTANCE”: RESISTING SECOND  
DEATH IN CONTEMPORARY BRAZILIAN LITERATURE**

Lua Gill da Cruz<sup>1</sup>

Dedico este texto à memória de Marielle Franco (1979-2018).

*You may write down in history  
with your bitter, twisted lies,  
you may trod me in the very dirt  
but still, like dust, I'll rise.*  
“Still I Rise” – Maya Angelou

*Unicamente a história, testemunha do  
lado de fora do corpo, registrará a cena da qual  
sou protagonista e que porá término à minha  
biografia. Então se sucederão o vazão e o  
esquecimento, eventualmente as especulações históricas.  
A nossa morte, Zé, pertence a quem a assiste e aos que  
a descrevem. Não somos a nossa morte. Mas uma  
prolongada agonia a que faltam palavras com  
que explicá-la perante nós mesmos.*  
“Os jardins das oliveiras” - Nélida Piñon

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo debater a produção literária acerca da ditadura civil-militar brasileira, especificamente os romances produzidos a partir do século XXI, *Ainda estou aqui* (2015), de Marcelo Rubens Paiva; *Azul-corvo* (2010), de Adriana Lisboa; *K. – relato de uma busca* (2011), de Bernardo Kucinski e *Soledad no Recife* (2009), de Uraniano Mota. Escritos com um distanciamento temporal de mais de quarenta anos, as obras constroem uma leitura acerca do passado histórico a partir do presente, e principalmente da tentativa de elaboração da experiência traumática por parte dos sobreviventes e dos herdeiros da ditadura. A discussão pretende analisar as formas de (re)construção da resistência e dos militantes da resistência em tais obras, ou seja, partindo da hipótese que apresentam outra perspectiva literária para o que significava e significa, contemporaneamente, resistir. Resistir assume ainda outro sentido que se estende à própria literatura, a partir de seus narradores e autores que, décadas depois, inscrevem, nas obras literárias, as experiências traumáticas do período e as histórias apagadas e escondidas dos personagens.

**Palavras-chave:** Resistência. Ditadura civil-militar. Literatura brasileira contemporânea.

**Abstract:** This paper aims at debating the literary production around the Brazilian civilian-military dictatorship, more specifically, the novels produced in the 21<sup>st</sup> century, *Ainda estou aqui* (2015), by Marcelo Rubens Paiva; *Azul-corvo* (2010) (in English translation as *Crow Blue: a novel*), by Adriana Lisboa; *K. – relato de uma busca* (2011) (in English translation as *K*), by Bernardo Kucinski and *Soledad no Recife* (2009), by Uraniano Mota. Written from a temporal distance of over forty years, the works read the historical past from a perspective located in the present, and, above all, from the attempt of working-through the traumatic experience lived by the survivors and heirs of the dictatorship. This discussion aims at analyzing the forms of (re)construction of the resistance and its militants in these works, that is, beginning with the hypothesis that they present another literary perspective for what it meant and what it means contemporarily to resist. To resist takes yet another meaning that is extended to literature, from its narrators and authors which, after decades, write in literary works the traumatic experiences of that time and the effaced and hidden stories of the characters.

**Key words:** Resistance. Military-civilian dictatorship. Contemporary Brazilian literature.

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), orientada pelo Prof. Márcio Seligmann-Silva e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Processo 2017/06026-2. E-mail para contato: luagillc@gmail.com.  
Revista Literatura em Debate, v. 12, n. 23, p. 111-131, jul./dez. 2018. Recebido em: 29 mar. 2018. Aceito em: 17 jul. 2018.

O ano é 2018.<sup>2</sup> Ainda que se entenda que a história não se dá de forma progressiva, evolutiva ou linear, os espectros do passado assombram. Há cinquenta anos atrás, no mês de março, o estudante secundarista Edson Luís foi assassinado, na cidade do Rio de Janeiro, pelas forças militares. Há quase cinquenta anos atrás, a ditadura civil-militar se endurecia com a promulgação do Ato Institucional número 5, o qual possibilitou uma série de ações arbitrárias que davam poder ao governo militar para: fechar forçosamente o Congresso Nacional e a Assembleia Legislativa; intervir irrestritamente em estados e municípios; censurar as manifestações artísticas e os meios de comunicação de forma sistêmica; suspender o direito ao *habeas corpus* e os direitos políticos dos cidadãos, entre outros. Cinquenta anos depois, o que permanece parece ser a construção de uma série de arquivos e de números que pretendem revelar, mas, muitas vezes, acabam ocultando todo sangue derramado e toda repressão. Cinquenta anos depois permanece a violência, parte da nossa estrutura social e histórica. Cinquenta anos depois, a democracia brasileira – tão frágil – continua sendo colocada à prova. Cinquenta anos depois, o Estado brasileiro instala uma intervenção federal militar em um dos maiores estados brasileiros, o Rio de Janeiro. Cinquenta anos depois, as manifestações culturais sofrem ataques, com tentativas de censura e de extinção do Ministério da Cultura. Cinquenta anos depois, a repressão do Estado continua desaparecendo e assassinando pessoas.

Seria impossível, neste contexto, não iniciar este texto a partir da já paradigmática execução da vereadora eleita Marielle Franco, – no mesmo mês e cidade em que mataram Edson Luís – mulher, negra, cria da favela da Maré, bissexual e a quinta vereadora mais votada da cidade do Rio de Janeiro, pela Partido Socialismo e Liberdade; e de seu motorista Anderson Gomes. A sua execução foi bastante clara: cada tiro – no total nove – foram dados em direção à Marielle, mas sobretudo àqueles a quem ela representava, àqueles que ousam se opor à intervenção federal militar, que ousam defender os direitos humanos, que ousam denunciar o genocídio da população negra, que ousam olhar, atuar e lutar por aqueles que mais precisam, que *ousam resistir*.

Ainda que haja muitas diferenças<sup>3</sup>, assim como em 1968 com Edson Luís, a morte da vereadora não passou em branco e as narrativas sobre a sua memória e morte estão em disputa. Se por um lado, o Brasil - representado em uma quantidade impressionante de cidades - e o mundo

---

<sup>2</sup> Este texto é resultado de debates realizados durante a pesquisa de mestrado intitulada *(Sobre)viver: luto, culpa e narração na literatura pós-ditatorial* (2017) e de questionamentos iniciais da pesquisa de doutorado, ambas sob orientação de Márcio Seligmann-Silva, no programa de Teoria e História Literária da Unicamp.

<sup>3</sup> Luiz Marques defende que “independentemente do significado particular e das implicações do assassinato de Marielle na atual conjuntura, o que esses cinquenta anos de crimes têm em comum é o fato de reiterarem uma particular acepção do termo democracia em nosso país. A democracia no Brasil só é efetiva para a minoria, em geral branca, situada no topo da pirâmide da renda nacional”. In: “De Edson a Marielle. Cinquenta anos de assassinatos políticos”. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/luiz-marques/de-edson-marielle-cinquenta-anos-de-assassinatos-politicos>. Acesso em: 22 de março de 2018.

Revista Literatura em Debate, v. 12, n. 23, p. 111-131, jul./dez. 2018. Recebido em: 29 mar. 2018. Aceito em: 17 jul. 2018.

realizaram atos e se mobilizaram na tentativa de defender o legado e exigir respostas sobre a sua morte, por outro, a vereadora negra foi alvo de uma avalanche de *fake news* e de difamações de toda parte, obrigando, inclusive, o partido do qual fazia parte a iniciar uma campanha para submeter as calúnias aos devidos processos jurídicos. As repercussões foram enormes nos meios midiáticos, superando, inclusive, as repercussões do *impeachment* da presidenta eleita<sup>4</sup>, Dilma Rousseff. Na disputa pela narrativa, o coletivo de comunicação Intervezes<sup>5</sup> denuncia a tentativa de descontextualização da luta da ativista e da apropriação do seu assassinato, despolitizando-o e usando-o de forma até mesmo a deslegitimar os Direitos Humanos ou, ainda, defender aquilo a que a vereadora se opunha radicalmente: a intervenção federal. Dois textos, “O segundo assassinato de Marielle Franco” e “Os dois assassinatos de Marielle”<sup>6</sup>, entre outros, remetem ao fato de que, após a execução sumária e morte do corpo, há, em curso, uma tentativa de matá-la uma segunda vez, destruir a sua credibilidade, apagar sua reputação, “como se depois da morte física de Marielle fosse necessário perpetrar uma segunda morte simbólica”. A última e única forma de silenciar essa mulher que não admitia ser interrompida – vide a sua última manifestação na Câmara dos Vereadores, às vésperas de sua execução – foi matando-a. Apesar disso, o rosto de Marielle figura hoje no imaginário dos brasileiros. Seu rosto nos mobiliza, nos interpela, nos chama, e nada disso pode, de fato, ser apagado. Ao contrário, resistiu em vida e os seus ideais continuam resistindo, na morte.

É da própria voz de Marielle, inclusive, que surge a relação a que se propõe este artigo, quando, no livro **Tem saída?** (2017), composto de ensaios críticos sobre as saídas para a crise política brasileira, organizado e escrito por mulheres, afirma<sup>7</sup> que no momento atual

se ampliam várias desigualdades, principalmente as determinadas pelas retiradas de direitos e as que são produto da ampliação da discriminação e da criminalização de jovens pobres e das mulheres, sobretudo as negras e pobres. Este é um momento que asfixia o processo de democratização, aberto no fim da ditadura militar, e abre um novo cenário de crise (FRANCO, 2017, p. 89).

<sup>4</sup> “A morte de Marielle Franco mobiliza mais de 576 mil menções no Twitter, aponta levantamento do FGV DAPP”. Disponível em: <http://dapp.fgv.br/morte-de-marielle-franco-mobiliza-mais-de-576-mil-mencoes-no-twitter-aponta-levantamento-da-fgv-dapp/>. Acesso em: 25 de março de 2018.

<sup>5</sup> “Assassinato de Marielle na mídia: a descontextualização de uma luta”, por André Pasti, Eduardo Amorim e Mônica Mourão, 20/03/2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervezes/assassinato-de-marielle-franco-a-anttese-de-um-espetaculo-midiatico>. Acesso em: 21 de março de 2018.

<sup>6</sup> Respectivamente disponíveis em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/19/opinion/1521416853\\_790129.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/19/opinion/1521416853_790129.html); <https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2018/03/18/os-dois-assassinatos-de-marielle-apos-o-corpo-querem-matar-sua-reputacao/>. Acesso em: 25 de março de 2018.

<sup>7</sup> O ensaio crítico apresenta uma perspectiva única no que tange o debate e os caminhos alternativos das esquerdas diante da crise política do Brasil contemporâneo. O argumento central gira em torno do espaço que ocupam as mulheres negras e as consequências das desigualdades econômicas, sociais e políticas a que são expostas, bem como as possibilidades de resistência diante disso. Infelizmente, Marielle foi mais uma das vítimas do que denunciou, quando afirma que a existência das mulheres negras é *sobrevivência*, dado que 65,3% das mulheres assassinadas são negras. Revista Literatura em Debate, v. 12, n. 23, p. 111-131, jul./dez. 2018. Recebido em: 29 mar. 2018. Aceito em: 17 jul. 2018.

Paulo Sérgio Pinheiro, na mesma linha de argumentação, cunha o conceito de “autoritarismo socialmente implantado”, ou seja, “um autoritarismo que não termina com o colapso das ditaduras, mas que sobrevive às transições e nos novos governos civis eleitos, porque independe das periodizações políticas e das constituições (1991, p. 46). De acordo com o autor, ainda que haja diferenças importantes entre o período ditatorial e os períodos “democráticos”, a transição política não garante o controle da violência ilegal praticada por autoridades públicas. Há um legado do autoritarismo no Brasil, o qual persiste nos aparatos da estrutura autoritária que se mantém e que permite, ao meu ver, uma intervenção militar no ano de 2018. Os pobres, miseráveis e indigentes são aqueles que podem, de acordo com o autor, falar em um “ininterrupto regime de exceção paralelo, sobrevivendo às formas de regime, autoritário ou constitucional” (1991, p. 48), como Marielle Franco continuava a denunciar. O argumento de Maria Rita Kehl ilumina o momento atual e a execução de Marielle, quando defende que o Brasil sofre até hoje com “os efeitos sintomáticos da repetição da violência social, decorrentes de dois longos episódios de crueldade que nunca forma reparados coletivamente: três séculos de barbárie escravagista, entre os séculos XVII e XIX, e duas décadas de ditadura militar, entre 1964 e 1985” (2009, p. 28). A relação entre a escravidão e o contexto histórico brasileiro atual, de repressão e de ataque aos direitos trabalhistas, previdenciários, e das populações ditas minoritárias, foi muito bem pautada, também, pela apresentação da escola de samba Paraíso do Tuiuti, na cidade do Rio de Janeiro, no carnaval de 2018. O genocídio da população negra, a perseguição às manifestações artísticas, a retirada de direitos previdenciários e trabalhistas e o aumento das desigualdades se constituem, irremediavelmente, como herança desses períodos históricos.

Volto então às questões anteriores, e cinquenta anos depois? O objetivo deste artigo, é, neste contexto e a partir da literatura brasileira contemporânea, em especial das obras **Ainda estou aqui** (2015), de Marcelo Rubens Paiva; **Azul-corvo** (2010), de Adriana Lisboa; **K.** (2011), de Bernardo Kucinski; e **Soledad no Recife** (2009), de Uraniano Motta, debater como a temática da ditadura civil-militar reaparece, se reconstrói, se reescreve. Muitos anos depois, contrariando a historiografia oficial que apaga, silencia e destrói aqueles que lutaram contra o autoritarismo e a arbitrariedade do Estado, há agora, nas artes, uma tentativa de elaboração do trauma, uma negação do silêncio imposto ou da tentativa de matar mais uma vez, para além do corpo, aqueles que, como Marielle, ousaram lutar e resistir. As obras literárias apresentam a perspectiva de uma história que ainda não acabou, mas que se prolonga e que é decidida também pelo movimento dos dias atuais. Estão em diálogo, inclusive, com o futuro, ou com uma possibilidade de devir. Essas obras e seus personagens negam e resistem ao silenciamento, ao esquecimento, ao apagamento, e também à “segunda morte”.

## “Era preciso matar a história”: resistir à segunda morte

*Fiquei me perguntando se o espaço que uma pessoa ocupa no mundo sobrevive à própria pessoa. [...] E só aos poucos as conexões vão se desfazendo, os fios vão se rompendo, as luzes vão se apagando, a pessoa vai morrendo devagar para o mundo depois de ter morrido para si mesma. Se existem duas mortes, uma íntima e individual, uma outra pública e coletiva, duas mortes que operam em ritmos diferentes.*  
(LISBOA, 2010, p. 176)

Na obra de Adriana Lisboa, **Azul-corvo** (2010), a personagem principal é Vanja, uma menina de 13 anos que perde a mãe no Brasil e decide voltar ao país de nascimento, os Estados Unidos, onde passa a morar com o ex-marido de sua mãe, Fernando, o qual a registrou como filha. A questão central da narrativa é a adaptação da menina ao novo país e a constituição de sua identidade. À medida que a menina se descobre, também conhece, aos poucos, a história de Fernando, ou de “Chico Ferradura”, e de sua companheira desaparecida Manuela, além, e principalmente, da própria perspectiva de uma história desconhecida e escondida, para si e para o Brasil: a ditadura civil-militar e, especialmente, a guerrilha do Araguaia, um dos maiores silêncios desta história. Em um trecho, descobre, a partir de notícias de jornal, os seguintes comentários:

Leio um comentário on-line: Que tal botar esse campo para funcionar novamente? Mas dessa vez façam o serviço completo. é a nossa única chance de morar num país que preste. Leio outro comentário on-line: O Exército fez o que TINHA A OBRIGACAO de fazer dadas as circunstancias da epoca. A proposito, estah na hora de fazer de ovo para liquidar com este bando de ladroes, corruptos que se apoderaram de Brasília! Leio outro comentário: Só os covardes e facínoras tem medo da verdade. Com certeza, é o caso desses que tanto se opõem a esclarecer os fatos sobre as execuções do Araguaia. [...] Leio outro comentário: O que eu não aguento é pagar em dinheiros pelas tais escavações. Quem deveria pagar é o PC do B e seus afins que retiraram os inconsequentes de suas casas, aliciaram, doutrinararam, treinaram, fanatizaram e ainda lhes deram uma arma para "brincar" de Che Guevara, tudo a mando do mais facínora dos ditadores, Fidel Castro" (LISBOA, 2010, p. 121)

A adolescente, na busca por informações, depara-se com uma notícia de jornal, trinta anos depois, na qual os ex-guias do Exército rompiam com o silêncio na busca pelas ossadas de desaparecidos na região do Araguaia. Assim como nos debates sobre Marielle, a internet se presta a uma espécie de “democratização da fala”, na qual xingamentos, difamações e agressões de todo tipo encontram espaço. O desconhecimento e os preconceitos sobre a história do Brasil e de seus militantes da resistência se concentram nas descrições.

Na obra, quando a personagem acessa a pesquisa sobre o autoritarismo, a partir de excertos ou de pequenas descrições da memória de Fernando, o tom da narrativa muda radicalmente. Diante do desconhecido, seja o próprio país, o “pai”, ou a história do Araguaia, Vanja busca, assim como o leitor, preencher os espaços silenciosos deixados. As experiências e vivências de cada um dos personagens perpassam circunstâncias e lugares completamente distintos ou, como afirma, “era como se Fernando e eu viéssemos de dois países distintos” (LISBOA, 2010, p. 50). Em quarenta anos, insere o narrador “garotas com o nome de Evangelina aparecem no mundo. Crescem diante do mar de Copacabana [...] Nunca testemunharam maremotos nem terremotos nem furacões. Também não sonham com Amazônias úmidas onde um dia guerrilheiros comunistas se embrenharam” (LISBOA, 2010, p. 51). Ao contrário da lógica dos indivíduos dos comentários, Vanja exige de Fernando informações do que “ficava fora da história oficial” (LISBOA, 2010, p. 85) e, ao “olhar o outro”, essa alteridade radical de um jovem que, na época, tinha poucos anos de diferença e se entregou à luta armada, a jovem, de alguma forma, tenta se aproximar de tal contexto completamente diferente e registrar a existência daqueles que foram massacrados.

A obra de Lisboa e os outros romances aqui discutidos, nesse sentido, situando-se no presente e na escrita de décadas depois, questionam o papel da memória e do testemunho frente ao sofrimento e ao trauma de experiências-limites. A arte é entendida como forma de resistência perante a barbárie. No Brasil, dialogam com a construção da história a contrapelo e a busca de uma cultura da memória. As elaborações artísticas, assim como a história, a memória e as formas de apresentação do passado são campos em disputa que mostram, portanto, que importa o que se lembra, como se lembra e como se conta. A literatura, campo a que me atenho aqui, funciona, dessa maneira - a partir do seu teor testemunhal -, como outra forma de história, ou seja, como uma espécie de retradução, em que o “não formulado” pode se revelar, não como verdade, mas como versão.

Partindo da premissa de Benjamin de que “nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie” (1994, p. 225), os produtos culturais podem ser lidos através de seu *teor testemunhal*, ou seja, “não se trata de uma velha concepção realista e naturalista que via na cultura um reflexo da realidade, mas antes um aprendizado - psicanalítico - da leitura de traços do real no universo cultural” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 71). O testemunho se inscreve na materialidade literária, isto é, na própria linguagem e na forma literária, de modo que reúne, em si, o presente e o passado traumático e desenvolve também a nossa própria capacidade de lidar com o traumático e de reescrever a história a partir de outro ponto de vista. Não se trata, portanto, de um reflexo do real, mas da possibilidade de acesso a *uma* verdade

subjetiva que parte da experiência daquele que narra e que se modifica à medida que é narrado, no presente, seja por quem narra, seja por quem lê.

Em **Morada** (2004), Derrida discute as diferenças (ou proximidades) do conceito de ficção e de testemunho e, utilizando-se do nome do evento no qual falava, Paixões da Literatura, apresenta uma série de denotações possíveis da “paixão” ligada à(s) literatura(s). De acordo com o filósofo, o termo paixão relaciona-se, entre outros, à vontade de confissão, de aproximação com *o outro*; ao compromisso e à responsabilidade no sofrimento e no padecer; à própria relação com o martírio, o testemunho, e a vinculação da ficção e da mentira; e por fim, “a resistência de um limite indeterminável ou indecível, aí quando qualquer coisa, qualquer x, como a literatura, por exemplo, deve sofrer ou suportar tudo” (2004, p. 23). A literatura se organiza, nesse sentido, em um estatuto precário, instável, que se modifica e que, por fim, resiste.

Vidal (2016) atenta para o fato de que não cabe, entretanto, analisar a arte sob o prisma redentor ou messiânico. Ainda que tenha um papel central no debate da memória, ela se constrói exatamente sobre o vazio, o irreparável, o irrestituível. A resistência de tais textos não se dá apenas na temática, como já apontava Bosi (2002) em seu texto “Narrativa e resistência”, mas na própria forma literária, na constituição interna das obras. A escrita ou a elaboração simbólica, possibilita um contar(se) ou recontar(se), ou seja, uma posição diante do traumático imposto pela violência e um modo de transmissão, a partir dos rastros, dos apagamentos, dos silêncios. Na mesma linha, Seligmann-Silva (2008, p. 70) afirma que “a imaginação é chamada como arma que deve vir em auxílio do simbólico para enfrentar o buraco negro do real do trauma. O trauma encontra na imaginação um meio para sua narração”. A literatura seria, dessa forma, chamada “diante do trauma para prestar-lhe serviço” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 70).

Essas narrativas de resistência apresentam figuras e histórias que devem ser contadas, nomeadas, de uma geração inteira que lutou contra o autoritarismo. Elas resistem ao apagamento, a determinação, a um certo enquadramento da ordem. Proporcionam uma análise das circunstâncias de dominação econômica, cultura e política e das relações de poder.

Aspecto central nas quatro obras escolhidas para o *corpus* é exatamente o gênero literário, ou a ausência de um gênero fixo, isto é, as obras apresentam um hibridismo entre documento, arquivo, testemunho, denúncia, romance histórico e/ou autobiografia. No relato, o contexto histórico serve como ponto de partida, na medida em que se constitui como matéria literária a partir de uma lapidação formal e estética. Há uma espécie de mistura de todas as formas que não podem ser separadas, pois é exatamente na falta de fronteiras temáticas e formais que reside a força estética e ética de tais obras. Seligmann-Silva (2000) afirma que a partir da série de catástrofes do século XX, a própria condição de representação é colocada em xeque, tanto no que diz respeito às

formas e gêneros tradicionais da literatura, quanto à tradição historiográfica. A impossibilidade da narração parece ser o elemento-chave na leitura de tais obras. O autor defende que “com a nova definição da realidade como catástrofe, a representação, vista na sua forma tradicional, passou ela mesma, aos poucos, a ser tratada como impossível; o elemento universal da linguagem é posto em questão tanto quanto a possibilidade de uma intuição imediata da ‘realidade’” (2000, p. 75).

O caso de **Soledad no Recife** (2009), por exemplo, é paradigmático. A obra narra o conhecido massacre da Chácara de São Bento. O episódio não aconteceu exatamente nesta chácara, mas foi onde o delegado Fleury e o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) raptaram e torturaram seis membros da oposição à ditadura, denunciados por Cabo Anselmo/Daniel, um agente duplo infiltrado. A partir de um eu-narrador fictício, Mota constrói um poeta simpatizante aos guerrilheiros e às suas causas, o qual se apaixona por Soledad, uma paraguaia militante, e vítima do massacre perpetrado pelo seu próprio companheiro, Daniel. A obra apresenta também o seu caráter híbrido à medida que insere citações de documentos oficiais, imagens de jornais e fotos de Soledad. O romance se filia, inicialmente, ao gênero romance histórico, como afirma Seligmann-Silva (2015), mas aos poucos se despedaça, assumindo um hibridismo entre diversas formas, documentos, fotos. Diante do peso da história que narra, o conhecido Massacre da Chácara São Bento, o romance praticamente desiste do gênero proposto e sucumbe ao documental. Já a obra de Marcelo Rubens Paiva, **Ainda estou aqui** (2015), escrito após a Comissão Nacional da Verdade (CNV), assume a posição histórica do presente e faz a inserção de trechos e documentos dos resultados da Comissão, ainda que entenda e situe a sua limitação documental.

Quanto à temática, um dos aspectos que une fortemente as narrativas é a necessidade, por parte daqueles que hoje narram, de rememorar e inscrever, na esfera coletiva e pública, o que era anteriormente privado e apagado pela história oficial. Há um corte da experiência traumática que perpassa a narração, e a história de mulheres e homens que fizeram parte da resistência ao Estado repressor, os quais tiveram as vidas tiradas ou extremamente marcadas pelo autoritarismo. As consequências do contexto social da época modificam, então, as trajetórias dos personagens e dos narradores, em cada obra, de maneira diferente, e vão refletir sobre memória, trauma, identidade, passado, futuro, pensados do micro para o macro social. A literatura contemporânea (re)constrói e representa a resistência e os seus atores, com o distanciamento temporal de décadas, ou seja, permite a visibilidade e cria alternativas de resistência que sejam capazes de convocar o olhar frente à violência e à alteridade.

Diante da necessidade de lembrar da própria existência negada daqueles que já morreram e cujas histórias foram apagadas, como são construídos os personagens? Hugo Vezzetti (2009, p. 154), ao tratar do contexto ditatorial argentino, também afirma que essa é uma das maiores

responsabilidades dos sobreviventes, ou seja, em um espaço no qual a memória dos mortos se presta a todo tipo de manipulação, cabe aos testemunhos tomar a palavra por aqueles que não podem mais fazê-lo. Surge a questão: como se constituem as identidades dos resistentes, na literatura, a partir dos olhos e do testemunho dos sobreviventes, uma vez que estes não mais podem contar a sua própria história? A esse respeito, Stuart Hall, em seu texto “Quem precisa de identidade?” afirma que a identidade é construída “ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos” (2000, p. 108) e, como discursos, as identidades dizem respeito à representação. Não se trata, afirma o autor, de perguntar “quem somos” ou “de onde viemos”, mas sim, “como somos representados” e como tal representação interfere também nas duas primeiras questões.

Durante o período de repressão pelo Estado, qualquer atuação de oposição ou resistência (ou até mesmo de familiares) colocava os indivíduos sob a nomeação de “subversivos”. De acordo com o projeto **Brasil: nunca mais** (1985), organizado pela Arquidiocese de São Paulo e baseado nos processos que tramitaram na Justiça Militar entre 1964 e 1979, a definição era construída de forma completamente abusiva e arbitrária, “como se ele [o conceito] tivesse um conteúdo absoluto, invariável”. Dessa forma, o raciocínio partia da premissa de que “subverter é tentar transformar o que hoje existe; como o regime atual representa a vontade da Nação, tentar muda-lo é, pois, delito. E todo delito merece punição” (1985, p. 159). Pilar Calveiro, cientista política e sobrevivente de campos de concentração argentinos, defende que *o outro*, criado no contexto argentino, era também o subversivo e deveria ser eliminado. Os militares se refeririam a “subversão econômica, subversão sindical, subversão política: em todas as esferas aparecia esse terrível inimigo, tão vasto, tão fugidio, conformado por todas aquelas que se opunham ‘de alguma forma’ ao projeto militar” (2013, p. 91).

As representações, como construções dos interesses dos grupos que as engendram, partiam exatamente da necessidade de nomear esse outro como “subversivo” ou “comunista” para retirá-lo de uma esfera do *humano*, ou seja, criavam-se personagens, criminosos aos olhos da população, que deveriam ser detidos e que eram passíveis de aniquilação. De acordo com Vladimir Safatle:

O totalitarismo é fundado nesta violência muito mais brutal do que a eliminação física: a violência da eliminação simbólica. Neste sentido, ele é a violência da imposição do desaparecimento do nome. No cerne de todo totalitarismo, haverá sempre a operação sistemática de retirar o nome daquele que a mim se opõe, de transformá-lo em um inominável cuja voz, cuja demanda encarnada em sua voz não será mais objeto de referência alguma. Este inominável pode, inclusive, receber, não um nome, mas uma espécie de ‘designação impronunciável’ que visa isolá-lo em um isolamento sem retorno. ‘Subversivo’, ‘terrorista’. A partir dessa designação aceita, nada mais falaremos do designado, pois simplesmente não seria possível falar com ele, porque ele, no fundo, nadaalaria (2010, p. 238).

Centrando-se na possibilidade de contrapartida desse extermínio que inicia no simbólico, os sobreviventes e os herdeiros da ditadura apontam agora para outro processo, contrário, anos Revista Literatura em Debate, v. 12, n. 23, p. 111-131, jul./dez. 2018. Recebido em: 29 mar. 2018. Aceito em: 17 jul. 2018.

depois, o de inscrever as histórias sob outra perspectiva, em que se possa rememorar e comemorar aqueles que participaram ativamente da oposição, de forma que não sejam esquecidos. Na literatura contemporânea, quem são, então, os “militantes de resistência”? Como foram e como são representados? A denominação de “militantes da resistência” parte do interior das obras, para pensar todos aqueles personagens que lutaram ou atuaram de forma a combater a repressão e o autoritarismo ditatorial, seja na oposição ativa – na resistência “por excelência” - entregando suas vidas em sacrifício pela causa revolucionária, a exemplo de personagens guerrilheiros urbanos e rurais, como Soledad, A., e Fernando/Chico Ferradura; mas, também, aqueles que atuaram de outra forma, como o deputado Rubens Paiva ou, ainda, Eunice Paiva e K.. e sua oposição “periférica”, na busca pelo paradeiro de seus familiares e depois na luta pela anistia e pela justiça. Não se trata, entretanto, de apagar suas diferenças ou de ignorar as propostas no que tange as suas práticas resistentes, ou situá-los, como fazia o Estado, em uma mesma designação sem mediações, mas trata-se da tentativa de lê-los em uma perspectiva dialética, que compreende e visibiliza suas diferenças, e que ao mesmo tempo, não nivela ou diminui suas práticas.

Durante a ditadura, *resistir* significava, em última instância, para as esquerdas, o único ato legítimo diante do regime militar e foi a esse propósito que muitos deram as suas vidas. Hoje, na literatura contemporânea, a resistência assume outro caráter que não perde a sua importância, e nem ao menos ignora ou diminui o anterior. De acordo com Tânia Sarmiento-Pantoja:

A resistência não se esgota nos enfrentamentos armados ou nas guerras, ainda que grande parte das representações a ela ligadas se façam relacionadas às imagens bélicas. É coerente o posicionamento de [Federico] Lorenz ao observar que é no anteparo dos conflitos armados, a partir dos quais pipocam os antagonismos, as lutas, os enfrentamentos, as provações e desafios, que se torna mais marcante o *ethos* resistente, mas o esgotamento dos contextos de ocorrência dos conflitos não impede que as cintilações desse *ethos* repercutam de outros modos e em outras experiências (2014, p. 2).

Parto da premissa defendida pela autora porque aqui me interessa a resistência em uma conceituação ampla, que se inicia nos enfrentamentos do passado, mas continua nas cintilações do presente, ou seja, que era anteriormente relacionada ao confronto com uma ordem política vigente e que agora recria seus sentidos. A hipótese de uma atuação da resistência que se situa tanto no que tange - como apresentei anteriormente - 1) os personagens relacionados à guerrilha urbana e rural; e 2) os personagens resistentes que atuaram em outros contextos de atuação, seja a denúncia, ou a busca pelos desaparecidos; quanto também 3) os narradores, como atores da possibilidade de expressar, hoje, um discurso de resistência; e 4) o próprio processo testemunhal pelo qual passam os próprios escritores, como “herdeiros” (diretos ou inter e transgeracionais) do período ditatorial e que agora se opõem à história oficial, posicionando-se como responsáveis pela história dos mortos no processo de inscrição da dor e do trabalho de luto.

São autores que procuram agora inscrever a história de tais personagens na literatura e na história coletiva nacional. No presente da escrita, combatem a tentativa, por parte do estado repressor, de retirada do nome, da importância ou da história dos militantes, o que se configura como uma das características centrais nas obras. De um lado, as narrativas questionam como o desaparecimento forçado, por exemplo, marca a figura de alguns personagens e os retira da própria esfera de “ter sido uma vida”, ou seja, sem o direito da morte, sem o corpo e sem o luto; e de outro, como a nomeação de “subversivo” ou “terrorista” retira a humanidade e coloca na esfera do matável. Em **Soledad no Recife** (2009), por exemplo, o narrador afirma, sobre a morte dos seis militantes, que “o horror que vem da verdade é tamanho que a mentira se acomodou fácil na mais confortável versão. Foram seis homicídios, todos unidos e simplificados. [...] Todos, pelo anúncio dos jornais, perigosos terroristas, que resistiram à bala ao cerco das forças da ordem” (MOTA, 2009, p. 102).

Já a questão do desaparecimento é central em duas das obras aqui citadas: **K. – relato de uma busca** (2011) e **Ainda estou aqui** (2015). No primeiro, o autor teve a irmã desaparecida no período da ditadura civil-militar e procurou, por meio da ficção literária, contar a sua tragédia familiar. O livro narra a história de um pai K., um velho judeu, na busca incansável (não é por acaso que o título remete ao labirinto kafkiano) por sua filha A., desaparecida em 1974, junto de seu marido. A sua procura se estrutura como um fio condutor para a inserção de outras histórias e de outras vozes narrativas, seja de personagens ficcionais, ou reais, como o Delegado Fleury, por exemplo. Nessa diversidade de espaços e tempos, se percebe um país de vivências sociais e pessoais marcadas por um governo autoritário e violento e com as suas trajetórias completamente modificadas. Na obra de Kucinski, sempre que o personagem tenta prestar as homenagens à filha, é questionado: “Mas ela não era comunista?”. Os desaparecidos permanecem sem voz, sem corpo, sem lugar, sem memória, sem vida, afinal.

A obra Marcelo Rubens Paiva, **Ainda estou aqui** (2015), também versa, entre outros, sobre um desaparecido, mais de trinta anos após *Feliz Ano Velho*<sup>8</sup> (1982), em tom memorialístico e autobiográfico. O autor, já munido de dados da Comissão Nacional da Verdade, narra o desaparecimento de seu pai, em 1971, o deputado Rubens Paiva. Para além da história do deputado e sua própria, a personagem central do livro é sua mãe, Eunice Paiva, que, em meio à dor e ao luto, se reinventa e passa a ser uma das grandes militantes contra a ditadura militar. Ela denunciou a morte do marido e, mais recentemente, atuou na defesa dos povos indígenas. A última luta de Eunice é contra o Alzheimer. A narração perpassa a memória (ou a falta dela) e a tentativa de

---

<sup>8</sup> Na sua narrativa mais conhecida, Marcelo Rubens Paiva inicia o debate sobre o desaparecimento de seu pai, mas concentra-se, principalmente, na experiência de perda da mobilidade e nos reflexos gerados na sua vida. Revista Literatura em Debate, v. 12, n. 23, p. 111-131, jul./dez. 2018. Recebido em: 29 mar. 2018. Aceito em: 17 jul. 2018.

reconstrução da história familiar. A inserção de documentos e arquivos é presente em toda a narrativa.

Os desaparecidos políticos, nesse sentido, são figuras centrais no contexto de esquecimento no autoritarismo brasileiro e da América Latina. Representam um caráter de morte em suspensão, de “morte que não cessa”, ou seja, de figuras que estão entre a presença e a ausência, entre a esperança e o terror, entre o saber e o desconhecer, e claro, entre a vida e a morte. O caso do desaparecimento forçado, de acordo com a Comissão Nacional da Verdade, configura uma das graves violações dos direitos humanos junto da tortura, da morte e da ocultação de cadáver. A prática do desaparecimento foi sistemática e generalizada no período ditatorial no Brasil e na América Latina. A CNV define como desaparecimento forçado:

Toda privação de liberdade perpetrada por agentes do Estado – ou por pessoas ou grupo de pessoas que agem com autorização, apoio ou consentimento do Estado –, seguida pela recusa em admitir a privação em liberdade ou informar sobre o destino ou paradeiro da pessoa (BRASIL, 2014, p. 291).

Para que seja qualificado como desaparecimento, a CNV define que três elementos devem coexistir: 1) privação da liberdade da vítima; 2) intervenção direta dos agentes do Estado ou de terceiros que atuem como tal; 3) recusa do estado em reconhecer a detenção ou revelar o paradeiro da pessoa (BRASIL, 2014). Nesse sentido, o desaparecimento, mesmo que se forneça documentos como emissão de certificado de óbito, tem caráter permanente até que se saiba o paradeiro do desaparecido e ainda que se encontre os restos mortais da vítima, inclusive de maneira a estabelecer a data e as circunstâncias da morte.

Dessa forma, o desaparecido é uma figura extremamente particular do estado de exceção, pois questiona a falta da política de verdade e de memória e encena a impossibilidade de superação da família, pelo seu caráter permanente, mas também da própria sociedade, que enquanto não assume a necessidade de respeitar os seus mortos, permanecerá sob a sombra dos fantasmas da ditadura. De um lado, a CNV e os atores do período exigem que os perpetradores do Estado sejam responsabilizados, o que foi negado pela Lei da Anistia até hoje, e de outro, que se garanta o acesso a informações sobre a morte e ao corpo. A possibilidade de um luto real e público é a única forma de “encerrar” o caráter permanente do desaparecido. A possibilidade de luto público, argumenta Butler (2015), está diretamente relacionada à indignação diante da injustiça, e à perspectiva da compreensão de uma “perda irreparável” que possui potencial político. Grande parte das difamações, no caso de Marielle Franco, foram em resposta aos atos públicos de luto, os quais foram rechaçados por aqueles que queriam regular as respostas afetivas e as possibilidades de indignação coletiva. A filósofa também argumenta que os regimes de força e de poder querem regular a possibilidade de resistência e de comoção.

Revista Literatura em Debate, v. 12, n. 23, p. 111-131, jul./dez. 2018. Recebido em: 29 mar. 2018. Aceito em: 17 jul. 2018.

A dificuldade (ou impossibilidade) do luto também é retratada por Rubens Paiva quando narra que, mesmo anos depois, “não o enterrara ainda. Ninguém o enterrava. Tinha esperança de acordar de um pesadelo, com a volta dele, esperava um milagre, que fosse tudo um jogo de cena” (PAIVA, p. 163). Cada filho, aos poucos, decidiu e “o enterrou à sua maneira, em épocas diferentes, silenciosamente. Depois de um, dois anos, dois anos e meio... O tempo era o seu atestado de óbito. A demora, a comprovação que faltava” (PAIVA, 2015, p. 163).

Em K., durante o processo de busca da filha, o personagem do pai recusa o reconhecimento da morte e o processo de luto da filha; ao contrário, insiste na sua procura. O sistema de exceção, que, de acordo com K., engole pessoas, torna-se tangível ou “compreensível” ao ouvir os testemunhos de outros familiares de desaparecidos, em uma reunião, e relacioná-los com o seu.

Um senhor levantou-se, disse que viera de Goiânia especialmente para a reunião. Seus dois filhos, um de vinte anos e o outro de apenas dezesseis, foram desaparecidos. Esse senhor gaguejava, parecia em estado catatônico. Foi o primeiro a usar a expressão “foram desaparecidos”. Também trazia fotos dos filhos. Depois dele, K. tomou coragem e contou a sua história (KUCINSKI, 2014, p. 22).

A importância de dizer que “foram desaparecidos” expressa, de um lado, a exigência de responsabilização, ou seja, a necessidade de dizer que alguém/algo fez desaparecer os filhos, de outro, a falta de um sujeito definido que tenha praticado tal ato. Na busca pela filha, K. experimenta um sentimento ambíguo, à medida que o tempo passa e as chances de encontrá-la viva são cada vez menores; cada não-encontro é entendido como uma confirmação de que pode estar ainda viva, e que, portanto, há esperança. Diante de todos os contatos e do tempo que passava, K., que tentava se manter esperançoso, é obrigado a reconhecer a possibilidade da sua morte.

O desaparecimento forçado é, portanto, marcado por uma noção praticamente de irrealidade, como se o desaparecido não apenas não tivesse morrido, mas além disso como se ele também não tivesse existido; em suma, nega-se também a própria condição de ter sido uma vida. Ao permanecerem no anonimato da vida e da morte, deixam inclusive de ser “pessoas”, ou de serem vidas que foram vividas, pois não mereceram a proteção do Estado em vida, ao contrário, e muito menos qualquer tipo de cuidado na morte. Essas pessoas estão “fora da lei”, isto é, têm o regime de proteção e preservação da vida suspenso.

No contexto autoritário ditatorial parece ser mais clara a presença de tal figura a partir de personagens “matáveis”, como A., Rubens Paiva e Soledad, por exemplo, que nem ao menos tem o direito a um esclarecimento de morte. O silêncio e o esquecimento criam situações sem fim e fazem com que familiares, como representados na narrativa literária, tenham de conviver com a tortura de não saber, não ter informações e de não ter acesso ao corpo.

Judith Butler, em dois textos recentes, *Precarious lifes* e *Quadros de guerra*, debate, a partir do contexto político norte-americano, principalmente após o 11 de setembro, a precariedade e a vulnerabilidade da vida humana, a sua “matabilidade” e as formas de enquadramento e de apreensão de tais vidas. Para a autora, é necessário entendermos que, no nível do discurso, algumas vidas não são consideradas vidas, ou seja, não se enquadram no conceito de “humano”. O nível de desumanização ocorre ainda de forma a aumentar a própria violência a que esse corpo está exposto. Uma vida só é considerada lesada ou perdida se, em primeiro lugar, for estabelecida como vida. Entretanto, são as próprias operações de poder que definem “o que é uma vida”, e o fazem de forma seletiva. Não há nem vida nem morte sem um determinado enquadramento, o qual também depende da visibilidade e das condições de reprodutibilidade. Mesmo que milhares de vidas sejam perdidas, todos os dias, não serão todas elas contadas, pois “apenas em condições nas quais a perda tem importância, o valor da vida aparece efetivamente. Portanto, a possibilidade de ser enlutado é um pressuposto da vida que importa” (BUTLER, 2015, p. 32). Importante dizer, entretanto, que a condição precária designa também uma condição politicamente instaurada na qual determinadas populações ou grupos são expostos a formas de apoio deficientes e a violações e violências cotidianas. Butler afirma, sobre a relação da precariedade com o Estado, que “a condição precária também caracteriza a condição politicamente induzida de maximização da precariedade para populações expostas à violência arbitrária do Estado que com frequência não têm opção a não ser recorrer ao próprio Estado contra o qual precisam de proteção” (2015, p. 47).

A filósofa defende que as guerras, de maneira geral, formam diferentes enquadramentos, nos quais “a condição compartilhada de precariedade conduz não ao reconhecimento recíproco, mas sim a uma exploração específica de populações-alvo, de ‘destruíveis’ e ‘não passíveis de luto’” (BUTLER, 2015, p. 53). Quando perdemos essas vidas, elas não contam como morte, ou como “objeto de lamentação”, porque de forma distorcida racionalizamos a sua morte, que é considerada apenas como necessária para “proteção da vida dos ‘vivos’” (BUTLER, 2015, p. 53). Se não há vida, portanto, não há preocupação de ‘contar’ a morte, seja em números, ou pela sua história, a morte desaparece do âmbito público.

A literatura pós-ditatorial expressa isso de forma veemente. A vida de A., de seu marido, de Soledad, de Manuela, ou de qualquer outro “terrorista” ou “comunista” não é considerada vida, e, portanto, é matável e não merece ser contada ou enlutada. A preocupação de K. é exatamente opor-se ao desígnio do poder e evitar que a filha seja esquecida:

K. sente com intensidade insólita a justeza desse preceito, a urgência em erguer para a filha uma lápide, ao se completar um ano de sua perda. A falta de lápide equivale a dizer que ela não existiu e isso não era verdade, ela existiu, tornou-se adulta, desenvolveu uma personalidade, criou o seu mundo, formou-se na universidade, casou-se. Sofre a falta dessa lápide como um desastre a mais (KUCINSKI, 2014, pp. 78-79).

Mesmo a possibilidade de enterrá-la é negada. O desaparecimento forçado, ao negar a morte e a vida, e a falta de uma lápide, ou seja, de um espaço na morte, instaura a negação da própria existência da pessoa e faz com que a comunidade se questione não se morreu, mas se existiu, em primeiro lugar.

A única forma de elaboração ou de luto, ainda que dificultados e calcados no esquecido, parece ser a narração, impossível, mas necessária. K., ao deparar-se com o desaparecimento da filha, encontra sustentação em um grupo de familiares dos desaparecidos políticos. Além de ouvir as histórias de outros familiares e identificar-se com elas, o importante no testemunho é ser escutado. A linguagem permite que aquilo que resiste à compreensão seja elaborado e a partir daí compreendido. A incapacidade de simbolizar o choque, a catástrofe, é diminuída a partir da estruturação em narrativa. Além disso, o testemunho só existe quando há alguém disposto à escuta. Tal noção também é defendida por Gagnebin, que define a testemunha, não como aquela que esteve meramente presente, mas aquela que:

Não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente (2006, p. 57).

Na reunião, afirma o narrador, “mais relatos de sumiços; todos queriam falar. E queriam ouvir. Queriam entender. Talvez do conjunto de casos surgisse uma explicação, uma lógica, principalmente uma solução, uma maneira de pôr fim ao pesadelo” (KUCINSKI, 2014, p. 21). K., que havia ido apenas para ouvir, descobre o que está acontecendo e depois de ouvir os relatos, as perdas de várias outras pessoas, com as quais se identifica, decide dividir também a sua história. O espaço da reunião é um dos únicos em que vê o seu trauma sendo acolhido e a narração possibilitada. O livro se coloca, portanto, nesse sentido, para Bernardo Kucinski, bem como para o personagem e para a sua tentativa de narração, como uma espécie de narrativa-lápide da irmã e da possibilidade de que não seja esquecida nem sua vida, nem sua morte. O luto se torna um luto literário. O mesmo se passa em **Ainda estou aqui**, na medida que o livro se define como possibilidade inscrita do luto e da continuidade de uma vida, de Rubens Paiva, que teve e tem “muitos atos”. Na última frase da obra, o narrador afirma que os atos desta vida continuarão, já que “morte do meu pai não tem fim” (PAIVA, 2016, p. 259). Nesse sentido, se constroem como lápides para tudo o que se perdeu e que agora deve ser rememorado.

A tentativa de reconstruir identidades perdidas, a partir do exercício de criação literária, e de fazê-las “viver” novamente é marcada por duas questões centrais: uma ausência perene daqueles

Revista Literatura em Debate, v. 12, n. 23, p. 111-131, jul./dez. 2018. Recebido em: 29 mar. 2018. Aceito em: 17 jul. 2018.

que se foram; bem como a presença da ausência, ou seja, ainda que tais atores da resistência estejam mortos ou desaparecidos, a sua ausência é marca forte da narração e faz com que estejam fortemente presentes nas obras. Os narradores e personagens têm a sua existência completamente modificada pela condição da perda e pela necessidade de “salvar seus mortos”, e devem enfrentar o vazio e a dificuldade da elaboração das experiências traumáticas de perdas abruptas. Dessa forma, a narração avança de maneira também a construir ou remontar as identidades perdidas dos mortos e desaparecidos, a partir da rememoração incansável de quem foram, mas também de quem *deveriam* ter sido ou do que *poderiam* ter feito, caso ainda estivessem vivos. A tentativa é marcada sempre por um “se” e baseada em situações hipotéticas que partem da narração do presente da escrita em direção ao passado, de forma a salvá-los, cinquenta anos antes. São identidades construídas no “futuro do pretérito”.

Em **Soledad no Recife**, o narrador, já nas primeiras páginas, completamente apaixonado pela personagem principal, também afirma: “no reino soberano da imaginação, poderíamos ter sido felizes, louca e apaixonadamente felizes” (MOTA, 2009, p. 28); ou em *Ainda estou aqui*, o narrador questiona os motivos de terem ficado no Brasil, ao narrar a condição do pai: “ele andava tenso, queria dar um tempo, se dedicar mais à família; dizia isso aos amigos. Estava na cara que deveríamos ter partido para o exílio [...] A pergunta: por que ele atrasou tanto a nossa partida? Arrogância? Dever ideológico?” (PAIVA, 2015, p. 106).

No caso de **K.**, por exemplo, a tentativa de salvar a irmã por parte do narrador também se dá a partir da construção literária em um determinado momento no qual, em um exercício de ficção, o narrador imagina como teriam sido os últimos minutos antes de A. e seu marido serem pegos pelos militares e o que *poderiam ter feito* para se salvarem. A pergunta de “o que fazer” perante a queda do ponto, ou seja, a impossibilidade de permanecer no esconderijo é apresentada, no futuro do pretérito, pelo narrador: “teria bastado aceitar a derrota e suspender a luta. Recolher tudo” (KUCINSKI, 2015, p. 25). Se fossem rápidos, poderiam ainda “salvar a metade normal de suas vidas, ou seja, a própria vida” (KUCINSKI, 2014, p. 26). O casal podia abandonar tudo, refugiar-se, procurar ajuda na igreja, na família, desde que assumissem a derrota. O narrador emite o seu juízo de valor baseando-se no tempo presente e nos desdobramentos aos quais os personagens nunca teriam tido acesso. Todo o resto não tem espaço no futuro. Os personagens tentam ir atrás de um destino, de um outro final, mas esse plano de ação já não adianta, “jamais ocorrerá porque a guerra já estava perdida” (KUCINSKI, 2014, p. 27). A derrota da luta política, nesse trecho, é também central. A sobreposição dos tempos aqui é explícita. De um lado, um narrador que se distancia e analisa já dotado de outras informações, de outras avaliações e narra um passado que desconhece, e ao mesmo tempo, tenta imaginar/inventar outro passado diferente que salve A. e

seu marido. A visão do “futuro”, ou do presente da narrativa é interrompida, também para mostrar que foi diferente, que o que se espera não acontecerá e que o leitor não pode ter esperança, nem nesse tempo nem no tempo futuro, pois a história não permitirá. Estas tentativas de avaliação, atravessadas pelas avaliações do presente, perpassam todas as obras e abrem espaço para questões como responsabilidade, violência, crítica e autocrítica. Frente à derrota, o “herói” ou o “mártir” também perde sua força. Os processos de heroicização que eram marcantes na literatura anterior, de alguma forma, junto com as utopias, parecem abandonar as figuras dos militantes da resistência na representação contemporânea.

Ao contrário de tal moral e além dos relatos fabulosos ou das lendas exemplares e revolucionárias, Vezzetti (2009) aponta para o fato de que a literatura agora teria internalizado a necessidade da perda de um herói ou, ao menos, a necessidade de pensar sobre um viés menos binário. Os militantes de resistência não são tratados como heróis ou mártires: a sua dimensão humana é o fundamental nas narrativas. O papel militante é subtraído ou suavizado no que diz respeito aos movimentos, o que não desmerece a sua importância na luta contra a ditadura, mas que, no efeito da morte e da ausência, parece apenas querer recriar, na arte, pais, mães e filhos.

Outra questão interessante sobre a representação dos personagens da resistência e do apagamento da sua atuação guerrilheira é a de gênero. Muitas das militantes construídas nas obras são mulheres e a relação entre resistência e gênero parece ser pouco problematizada ao longo das narrativas. (Quem sabe esta seja uma das grandes perdas com a morte de Marielle Franco. As mulheres não têm o seu espaço garantido na política, na militância, a sua voz não é ouvida, mas a vereadora se fazia ouvir e lutava para que este espaço fosse ocupado por muitas de nós). Nas obras literárias, ao contrário, as mulheres militantes muitas vezes são representadas como se não tivessem um papel relevante nas organizações, como guerrilheiras, ou seja, como se o espaço de atuação não lhes fosse próprio, seja do ponto de vista dos militares, quanto das próprias organizações de esquerda. Ainda que o número de participantes mulheres não pareça tão expressivo, o projeto **Brasil: nunca mais** (1985) define que as mulheres constituíam de 15% a 20% dos grupos guerrilheiros, em um momento em que não havia um número significativo de participação feminina na vida política. Katia Bezerra também debate o lugar das vozes femininas na reivindicação de uma outra história, e evidencia a restrição da mulher “ao papel simbólico de ‘repositório conservador do arcaico nacional’” (2014, p. 38), o qual “fica restrito à esfera da reprodução, biológica, cultural e simbólica. Essa faceta ganha uma dimensão mais conservadora durante regimes autoritários” (2014, p. 38). Em **Azul-Corvo**, um dos poucos exemplos em que o papel de gênero é problematizado, um personagem questiona o lugar das mulheres no seguinte excerto:

(o que diabos estavam as mulheres fazendo metidas em política, tornando-se ainda por cima *guerrilheiras*, numa época em que ainda se esperava delas que ficassem circunscritas no âmbito do lar e da vida privada? Putas comunistas. Era o apelido que elas ouviriam nas sessões de tortura. Contra a pátria não há direitos) (LISBOA, 2010, p. 83).

Nesse sentido, a resistência deve se opor a outra violência, de gênero, que parte de uma perspectiva feminina silenciada e que se incorpora ao que não consegue ser dito. O próprio Kucinski, por exemplo, em entrevista ao Estadão<sup>9</sup> afirmou que há a necessidade de um livro sobre o perfil de sua irmã, uma pessoa de personalidade muito forte, a qual até o momento, ignorava. A sua visão enclausurou-se nas memórias da infância e da adolescência sobre a irmã, e não sobre o seu papel na luta revolucionária.

O exemplo fora da curva, nesse sentido, quem sabe seja a personagem de Eunice Paiva, em **Ainda estou aqui**, a qual adquire um papel central na luta por esclarecimentos, pelos direitos humanos e, também, no cuidado com os filhos. O tom sobre a personagem, entretanto, ainda que carregado de admiração, se constrói em ambiguidades, contradições, específicas do momento em que avalia a mãe, anos depois, agora já sem que possa se defender, dado o estado avançado de sua doença. Ao mesmo tempo que descreve a mãe como “advogada de ilustres e desconhecidos, foi consultora do governo federal, do Banco Mundial, da ONU” (PAIVA, 2015, p. 21), a define como uma pessoa que não se permitia chorar, sofrer, e muito menos mimar os filhos, “minhas tias morriam de pena de nós que, bebês, ficávamos chorando meia hora sem que ela acudisse” (PAIVA, 2015, p. 74). Mesmo diante da morte do pai, carrega um certo teor de acusação quando afirma, por exemplo, “que sorriu depois de ficar doze dias no DOI-CODI, testemunha do bastidor e do horror” (PAIVA, 2015, p. 152), ou mesmo quando decidiu tirar foto ao lado dos militares depois da luta pelo reconhecimento dos desaparecidos.

### Considerações finais

As narrativas incorporam a resistência e se constroem como lápides para as centenas de A., Soledad, Rubens, Chico, cuja existência e resistência deve ser lembrada e comemorada. Ao fim, a literatura e a necessidade de *dar testemunho* se mostra agora como o único e último dispositivo de resistência no qual a alteridade, antes silenciada, pode ser visibilizada e acessada. De acordo com Vecchi (2015), o texto que permanece sobre a ditadura militar é o do silêncio imposto pelo regime. Reitera Paiva que “o caso Rubens Paiva está longe de terminar” (2010, p. 295), ou Kucinski, em **Os visitantes**, “A Comissão da Verdade concluiu sem relatório sem nada descobrir” (2016, p. 76).

<sup>9</sup> Disponível em: <http://cultura.estadao.com.br/noticias/literatura,bernardo-kucinski-reflete-sobre-k-a-ditadura-a-culpa-o-luto-e-sua-irma-desaparecida,10000062690>. Acesso em: 16 de julho de 2016. Revista Literatura em Debate, v. 12, n. 23, p. 111-131, jul./dez. 2018. Recebido em: 29 mar. 2018. Aceito em: 17 jul. 2018.

Perante a destruição e o desaparecimento do corpo do inimigo, bem como o ocultamento completo de seus rastros e a expressão de uma impossibilidade de uma restituição jurídica, não se pode, ao mesmo tempo, permitir que se abdique de uma restituição do *texto* que instaure, ainda que na sua forma impossível de narração, a voz das vítimas silenciadas dos massacres. A possibilidade de desvelamento desta história perpassa a necessidade de inscrever em textos diversos, como lápides, os “silêncios do passado” e a abertura para uma outra “poética da restituição”, na qual a memória desses mortos e desaparecidos encontre espaço, a partir da literatura. Bosi afirma que “a arte pode escolher tudo quanto a ideologia dominante esquece, evita ou repele” (1996, p. 16), e é “nesse horizonte que o espaço da literatura, considerado em geral como o lugar da fantasia, pode ser o lugar da verdade mais exigente” (BOSI, 1996, p. 27), já que, como apontam grande parte das páginas finais das obras literárias, os casos ainda não foram devidamente apurados. Como afirma a narradora de **Azul-corvo**, “com isso seguiam-se as mortes. E foram se seguindo. Era preciso matar e depois matar as mortes, digamos. Era preciso matar a história. Matar a memória e alguma consciência com gordurinhas inconvenientes” (LISBOA, 2010, p. 207).

Em **Ainda estou aqui**, os relatos sobre a permanência de Rubens Paiva nos porões da ditadura continuam chegando e testemunham, repetidamente na narrativa, que “morreu repetindo o seu nome. Meu nome é Rubens Paiva, meu nome é Rubens Paiva, meu nome é Rubens Paiva”. Aqui, devemos continuar apontando e repetindo os seus nomes, os seus rostos, assim não morrerão pela segunda vez. Rubens Paiva, Ana Rosa Kucinski, Soledad Barret, Edson Luís, Marielle Franco, presentes!

### Referências bibliográficas

- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Trad.: Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. pp. 222-232.
- BEZERRA, Kátia da Costa. Que bom te ver viva: vozes femininas reivindicando uma outra história. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, n. 43, p. 35-48, 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2316-40182014000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-40182014000100003&lng=en&nrm=iso). Acesso: 2 de março de 2015.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Mortos e desaparecidos políticos / Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014.
- BUTLER, Judith. *Prekarious life: the powers of mourning and violence*. London: Verso, 2004.
- BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Trad. Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques de Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- Revista Literatura em Debate, v. 12, n. 23, p. 111-131, jul./dez. 2018. Recebido em: 29 mar. 2018. Aceito em: 17 jul. 2018.

- CALVEIRO, Pilar. *Poder e desaparecimento*. Trad. de Fernando Prado. São Paulo: Boitempo, 2013.
- DERRIDA, Jacques. *Morada*. Maurice Blanchot. Trad. de Silvina Lopes. Edições Vendaval, 2004.
- FRANCO, Marielle. “A emergência da vida para superar o anestesiamiento social frente à retirada de direitos: o momento pós-golpe pelo olhar de uma feminista, negra e favelada”. In: BUENO, Winnie (et al) (orgs.). *Tem saída?*. Porto Alegre: Editora Zouk. pp. 89-95.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006.
- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade?. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2009. pp.103-133.
- KEHL, Maria Rita. *O tempo e o cão: a atualidade das depressões*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- KUCINSKI, Bernardo. *K – relato de uma busca*. São Paulo, Cosac Naify, 2014.
- KUCINSKI, Bernardo. *Os visitantes: novela*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- LISBOA, Adriana. *Azul-corvo*. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.
- MOTA, Uraniano. *Soledad no Recife*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- PAIVA, Marcelo Rubens. *Ainda estou aqui*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.
- PANTOJA-SARMENTO, Tania. *Cinema e Literatura: Resistência política e representações do herói guerrilheiro*”. In: Nonada Letras em Revista, C. U. Ritter dos Reis, n.22, 2014. Disponível em: <http://seer.uniritter.edu.br/index.php/nonada/issue/view/81/showToc>. Acesso em: 13 de julho de 2016.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. Autoritarismo e transição. In: *Revista USP*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1991. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25547/27292>. Acesso em: agosto de 2016.
- SAFATLE, Vladimir. Do uso da violência contra o Estado ilegal. In: SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson. *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. A história como trauma. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio; NESTROVSKI, Arthur (orgs.). *Catástrofe e Representação*. São Paulo: Escuta, 2000.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Imagens precárias: inscrições tênues de violência ditatorial no Brasil. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, n. 43, p. 13-34, 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2316-40182014000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-40182014000100002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso: 2 de março de 2015.
- VEZZETTI, Hugo. *Sobre la violencia revolucionaria: memorias y olvidos*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009.

VIDAL, Paloma. Literatura e reparação: um percurso. *Lma nova*, São Paulo, n. 96, pp. 55-70, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n96/0102-6445-ln-96-00055.pdf>. Acesso em: agosto de 2016.